



Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano – Projeto BFN

III Reunião do Comitê Nacional de Coordenação

Data: 08 de dezembro de 2015

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B - Sala CT-01 - 1º Andar

1. ANTECEDENTES

Desde 1974 e ao longo da década de 1980, o então Conselho Internacional de Recursos Genéticos Vegetais – IBPGR (sigla em inglês), vinculado ao Grupo Consultivo sobre Pesquisa Agrícola Internacional (CGIAR), realizou um amplo trabalho voltado à conservação e ao uso dos recursos genéticos vegetais, incluindo os parentes silvestres das principais espécies de plantas cultivadas, com foco na implantação de bancos de germoplasma nos principais países megadiversos.

Em 1991 o IBPGR foi substituído pelo Instituto Internacional de Recursos Genéticos Vegetais – IPGRI. A partir de 1994 o IPGRI começou a exercer também a coordenação e administração da Rede Internacional de Melhoramento da Banana – INIBAP. Em 2006 o IPGRI e o INIBAP se tornaram uma única instituição, com a mudança, posteriormente, para Bioversity International. Atualmente o Bioversity tem como foco o uso da biodiversidade agrícola, a chamada agrobiodiversidade. O objetivo é contribuir para o desafio global de melhorar a nutrição por meio de uma dieta mais diversificada. Tais atividades envolvem a diversificação das culturas atualmente em uso, o aumento da produtividade, os serviços ecossistêmicos, a capacidade de recuperação dos sistemas agrícolas e a capacidade de resistência frente às mudanças climáticas, entre outros.

O Bioversity considera que a diversidade de plantas e animais pode proporcionar oportunidades não apenas via reprodução, mas também com melhor nutrição e maior sustentabilidade via cultivos locais mais adaptados. A instituição atua fortemente por meio de parcerias, fornecendo evidências sobre os amplos benefícios da biodiversidade agrícola, bem como explorando quais tipos de diversidade podem oferecer as maiores contribuições e de que forma isso pode ser realizado.

Desde o início da última década o Bioversity International procura chamar a atenção da sociedade para a importância do resgate, em muitos países, de elos culturais perdidos ao longo do tempo, caso do uso de hortaliças, por exemplo. Uma das grandes preocupações existentes em âmbito mundial refere-se ao desafio de assegurar ao ser humano uma alimentação adequada e saudável, sem, entretanto, comprometer a sustentabilidade do planeta.

Em 2004, em um evento paralelo à VII Conferência das Partes – COP, da CDB, o Bioversity conseguiu sensibilizar os países para a necessidade de dedicar mais esforços no combate à dieta simplificada, ao sobrepeso, à obesidade e suas consequências. Em decorrência desse evento, os países solicitaram ao Secretariado da CDB para a preparação de documento sobre a temática, de modo que o mesmo pudesse ser discutido na VIII COP. Já em 2008, por ocasião então da realização da

VIII COP, realizada em Curitiba, PR, os países analisaram o documento preparado pelo Secretariado e, após muitos debates, aprovaram a Decisão VIII/23A, com a criação, no âmbito do Programa de Agrobiodiversidade, da iniciativa transversal “Biodiversidade para Alimentação e Nutrição”.

A partir da Decisão VIII/23A, tomada no âmbito da CDB, o Bioversity International decidiu elaborar uma proposta de projeto para envio ao Fundo para o Meio Ambiente Mundial – GEF, com o objetivo de buscar recursos financeiros para alavancar ações nessa temática. Considerando as iniciativas conduzidas nessa área, o Brasil, o Quênia, o Sri Lanka e a Turquia foram convidados a participarem desse esforço. Sob coordenação do Bioversity, em 2010 a proposta foi finalizada e encaminhada ao GEF. Em 2011 o projeto foi aprovado no âmbito do GEF, com o título “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem Estar Humano”. Conhecido também como “Biodiversidade para Alimentação e Nutrição – BFN” (sigla em inglês), o projeto está sendo coordenado internacionalmente pelo Bioversity International e tem como agências implementadoras o Programa das Nações Unidas para o Meio ambiente - PNUMA e a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura – FAO.

O Projeto tem como objetivo a conservação e o uso sustentável da biodiversidade por meio da valorização da importância alimentícia e nutricional das espécies nativas relacionadas à biodiversidade agrícola (agrobiodiversidade), com vistas a uma maior inclusão dessas espécies em políticas e programas que possam contribuir para melhorar a segurança alimentar e a nutrição humana. Visa também o resgate do valor sociocultural desempenhado por muitas dessas espécies e pelos alimentos delas derivados. O projeto tem como premissa que a agrobiodiversidade pode melhorar a nutrição e a saúde das pessoas por meio de uma dieta mais diversificada, com base em espécies tradicionais e localmente adaptadas. Além de trabalhar para ampliar o número de espécies nativas utilizadas atualmente na alimentação, busca mitigar os problemas relacionados à dieta simplificada; ampliar a base genética e produtiva de alimentos, o resgate e fortalecimento da soberania alimentar, além de incentivar o manejo sustentável da agrobiodiversidade, do agroextrativismo e do extrativismo.

O Projeto foi lançado oficialmente em abril de 2012, durante o Congresso Mundial de Nutrição (World Nutrition Rio2012 - WNRio2012), no Rio de Janeiro. O workshop contou com a participação de parceiros de todos os quatro países, além de representantes da Bioversity, do PNUMA e da FAO.

No Brasil o projeto é coordenado pelo Ministério do Meio ambiente, por meio da Secretaria de Biodiversidade e Florestas e, a partir de 2015, sob

supervisão direta do Departamento de Espécies - DESP. Tem como Gestor Financeiro Nacional o Fundo Brasileiro para a Biodiversidade – Funbio. Especificamente, o BFN procura demonstrar a forte ligação existente entre biodiversidade, alimentação e nutrição. Para tanto, o projeto desenvolveu uma sólida parceria com uma série de iniciativas em curso pelo Governo Federal, isto é: o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA; o Programa Nacional de Alimentação Escolar – FNDE/PNAE; a Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN; o Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade – PNPSB; o Programa Pró-Orgânico; o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PLANAPO; e a Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPMBio.

Para a gestão do projeto no país foi estabelecido um Comitê de Coordenação Nacional. Esse Comitê, que tem a responsabilidade de indicação das prioridades, discussão do orçamento e aprovação do plano de trabalho é composto pelos órgãos responsáveis pela coordenação das iniciativas acima, ou seja, Ministério do Meio Ambiente – MMA (SBF/SEDR), Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS, Ministério da Saúde - MS, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, Companhia Nacional de Abastecimento – CONAB e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC. O projeto conta ainda com um Comitê Nacional Consultivo, cuja composição inclui, além dos órgãos acima, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Embrapa e a Federação Nacional dos Nutricionistas.

Parte das atividades, particularmente aquelas relacionadas à composição nutricional, está sendo conduzida em parceria com os Centros Colaboradores em Alimentação e Nutrição Escolar - CECANEs, que são instituições federais de ensino superior parceiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, no âmbito do PNAE. Basicamente essa parceria envolve o desenvolvimento das seguintes atividades:

- a) Análise da composição (macro e micronutrientes) das espécies listadas na iniciativa “Plantas para o Futuro”, bem como no PNPSB, ambas conduzidas pelo Ministério do Meio Ambiente. Este eixo prevê a organização de informações em banco de dados (Tabela de Composição de Alimentos e outros tipos de bancos de dados), de forma que as informações sobre composição nutricional estejam associadas a informações relacionadas ao conhecimento tradicional.

- b) Desenvolvimento de ações de educação, com vistas à inclusão na dieta das escolas de produtos regionais com maior qualidade nutricional, incluindo capacitação de merendeiras, nutricionistas, comunidade (melhoria do uso e modo de utilização dos alimentos) e atividades para melhorar a percepção das comunidades sobre os alimentos locais e regionais.
- c) Realizar levantamento de alimentos tradicionais (saberes e sabores), incluindo dados sobre as formas de preparo desses alimentos por parte dos povos e comunidades tradicionais e avaliação da sua composição nutricional.

Anualmente é realizada, sempre em um dos países integrantes do projeto, a Reunião do Comitê de Coordenação Internacional (International Steering Committee Meeting - ISC). A primeira dessas reuniões foi realizada no Brasil, em abril de 2012, conjuntamente com o lançamento do Projeto BFN, e contou com ampla participação dos parceiros internacionais. A segunda reunião do ISC foi realizada em 2013, em Roma, na sede da Bioversity International. Já a terceira reunião ocorreu no Sri Lanka, em 2014, e, mais recentemente, foi realizada, em Nairobi, no Quênia, em novembro de 2015, a quarta reunião. A próxima reunião do ISC será realizada na Turquia, em novembro de 2016 e, por último, será realizada a quinta e última reunião internacional do projeto, que ocorrerá no Brasil em 2017.

2. REUNIÕES DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO NACIONAL

2.1. I REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL

A Primeira Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto BFN foi realizada no dia 08 de fevereiro de 2013, nas dependências do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília/DF. A abertura da reunião contou com as presenças do Secretário de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA, do Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA, do Diretor Nacional do Projeto e da Coordenadora Nacional do Projeto BFN.

Durante a reunião foi realizada uma apresentação geral do projeto, bem como apresentação das atividades conduzidas por todas as instituições parceiras do Projeto BFN. A reunião contou ainda com a realização de uma oficina para definição das atividades iniciais. No dia anterior à I Reunião do Comitê Nacional foi realizada uma reunião preparatória, com a presença de representantes do Funbio (Fabio Leite e Ilana Parga Nina Boetger de Oliveira), quando foram discutidos: (i) fluxos entre MMA, Funbio e a Consultora do Projeto; (ii) uso do sistema Cérebro; (iii) prazos administrativos; e (iv) *deliverables* do projeto.

2.2. II REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL

A Segunda Reunião do Comitê Nacional de Coordenação do Projeto foi realizada no dia 01 de setembro de 2014, também nas dependências do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília/DF. A solenidade de abertura da reunião contou com as presenças do Secretário de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA, do Secretário de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA, do Diretor Nacional do Projeto e da Coordenadora Nacional do Projeto BFN. A reunião contou ainda com as presenças do Coordenador Internacional do Projeto - Danny Hunter, da Bioversity International e dos representantes do PNUMA - Marieta Sakalian e da FAO - Ruth Charrondiere.

Na parte operativa da reunião foi realizada, inicialmente, pela Coordenadora Nacional do Projeto, uma apresentação geral, mas detalhada, dos objetivos do Projeto BFN e seus resultados principais alcançados ao longo de 2014. Da mesma forma, cada instituição parceira fez um relato dos principais alcances logrados ao longo do ano. Em todas as apresentações houve uma importante interação com os participantes.

Após a reunião foi realizada uma série de visitas a diversas instituições que mantém parceria com o projeto, com destaque para: (i) Embrapa Hortaliças; (ii) Universidade Federal de Goiás, com ênfase para as atividades realizadas na Faculdade de Nutrição/Projeto Cecane e visita técnica a lideranças do Quilombo Pombal (Santa Rita do Novo Destino) e Flores Velha (Flores de Goiás); (iii) Visita ao Projeto Educando com Horta Escolar, do CET/UnB, em Santo Antônio do Descoberto; e (iv) Visita ao Jardim Botânico de Brasília.

2.3. III REUNIÃO DO COMITÊ NACIONAL

A Terceira Reunião do Comitê de Coordenação Nacional do Projeto BFN ocorreu no último dia 08 de dezembro de 2015, nas dependências do Ministério do Meio Ambiente, em Brasília/DF. Na solenidade de abertura da reunião esteve presente o Diretor do Departamento de Espécies - DESP, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF/MMA (Ugo E. Vercillo), a Gerente de Conservação de Espécies, DESP/SBF/MMA (Marília M. G. Marini), o Diretor Nacional do Projeto (Lidio Coradin), a Coordenadora Nacional do Projeto BFN Daniela Moura de O. Beltrame) e a Gerente Nacional (Camila N. S. Oliveira). A reunião contou com a presença de 35 participantes (Anexo I), que representaram as diversas instituições parceiras do projeto, bem como os representantes das universidades e instituições que estão contribuindo com o BFN com o

desenvolvimento de atividades relacionadas à composição do valor nutricional das espécies priorizadas no projeto.

Na abertura, o Diretor do Departamento de Espécies ressaltou a relevância da reunião e enfatizou a importância dada ao Projeto BFN por parte do Ministério do Meio Ambiente. Além de agradecer a presença de todos os presentes, o Diretor do DESP fez questão de acompanhar a apresentação de todos os participantes da reunião.

O Diretor Nacional do Projeto, por sua vez, lembrou que 2015 tem sido um ano de importantes avanços para o Projeto BFN, haja vista termos conseguido: (i) consolidar uma fantástica parceria, envolvendo instituições federais, acadêmico-científicas e, também, os setores não-governamental e empresarial; (ii) manter e ampliar essa parceria, com o engajamento de outros parceiros, tanto de caráter institucional quanto pessoal; (iii) aproximar e integrar uma série de iniciativas federais relacionadas à alimentação e nutrição, além da segurança que envolve o processo alimentar e nutricional no país, com o envolvimento de diferentes setores da esplanada, ou seja, MMA (SBF/SEDR); MDS; MDA; MS; MEC (FNDE/PNAE); MAPA; MCTI e a CONAB)

Da mesma forma, salientou que laços foram também articulados nas diferentes regiões do país, tanto com universidades, a exemplo da UFRGS; UFSC; UFPR; UNIFESP; UFOP; UFG; UFC quanto com instituições de pesquisa, caso do Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA e Embrapa, além do Centro de Excelência em Turismo - CET/UnB, do Conselho Federal dos Nutricionistas - CFN, da Federação Nacional dos Nutricionistas - FNN e da estratégica aliança com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA;

O Diretor Nacional do Projeto ressaltou ainda que por meio do Projeto foi possível idealizar também, em conjunto com o MCTI, por meio do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira – SiBBr, a organização de um Banco de Dados de Composição Nutricional da Biodiversidade Brasileira. Alertou que esse Banco de dados está sendo fruto de uma especial parceria com o Centro Mundial de Conservação e Monitoramento – WCMC/UNEP, de Cambridge, na Inglaterra;

Disse que a construção desse banco exigiu, ao longo de 2015, um enorme esforço da equipe do BFN e que a expectativa é que esteja no mesmo nível dos melhores Bancos de Dados já implantados em âmbito mundial. Lembrou aos presentes que o banco de dados deverá estar em operação a partir de abril/maio de 2016, seja para consulta ou para a entrada de dados, independente se recebidos de instituição nacional ou internacional;

Ressaltou ainda que em 2015 o Projeto BFN logrou ser também reconhecido pela FAO, por meio da Rede INFOODS, quando recebeu um prêmio pela história de sucesso que logrou implementar no Brasil. Essa história de sucesso do Projeto BFN foi também publicada pelo Grupo Consultivo Internacional de Pesquisa Agrícola – CGIAR, que selecionou o Brasil – com uma narrativa do BFN - para essa importante publicação.

Salientou ademais que o projeto é audacioso, já que envolve a participação de quatro países (Brasil, Quênia, Sri Lanka e Turquia), o que constitui uma importante modalidade de cooperação. Mas é também inovador, tanto por abordar, de forma transversal, a conservação da biodiversidade e sua integração com as áreas da saúde, educação, agricultura e desenvolvimento social quanto por evidenciar os avanços do Brasil ao integrar a relação dessas diferentes áreas na forma de políticas públicas.

Finalmente, o Diretor Nacional do Projeto ressaltou que o Projeto BFN busca fazer com que a biodiversidade permeie a tomada de decisão no âmbito dos diferentes Ministérios. Busca, da mesma forma, a melhoria da nutrição e do bem estar humano e, também, a promoção da conservação da biodiversidade. Disse que, em síntese, o projeto busca ter como foco alguns dos problemas mais sensíveis para o país no que tange à melhoria da nutrição e do bem estar humano, caso das carências nutricionais; da dieta simplificada, dos problemas trazidos pelos alimentos processados e ultraprocessados; do sobrepeso e da obesidade e da pouca valorização às espécies nativas.

Gabriel Domingues, representando a Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA, referiu –se ao fortalecimento das relações do Departamento de Extrativismo DEX/SEDR com o Projeto BFN e mencionou a nova fase do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo, do Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo - Planafe e do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade - PNPSB. Mencionou a importância de se pensar, de forma orgânica, como as políticas nos territórios vão dialogar com outras políticas de acesso a programas de compra institucional, arranjos produtivos locais, de forma a permitir que os extrativistas tenham uma remuneração justa por seus serviços ambientais. Para tanto, destacou a necessidade da busca de maior articulação, bem como a melhoria dos arranjos de governança.

Em seguida, e de acordo com a programação da reunião (Anexo II), foi realizada a apresentação geral do Projeto BFN, realizada por Daniela Moura de O. Beltrame, Coordenadora Nacional do Projeto, que ressaltou as principais

realizações, parcerias, articulações e resultados logrados pelo projeto ao longo de 2015 e as projeções para 2016.

Por ocasião das discussões, Ricardo Elesbão, da Embrapa, mencionou exemplo que ocorre no Peru em relação à Feira Gastronômica “Mistura”, que é realizada anualmente naquele país no mês de setembro. Essa feira tem forte participação do setor produtivo e dos produtores, com ênfase para as comunidades tradicionais, que usam ingredientes da biodiversidade da Região Andina.

O Diretor do DESP aproveitou a oportunidade para falar da importância da parceria com as universidades e dos arranjos com engajamento local. Ressaltou a importância dos arranjos com núcleos regionais para dar maior capilaridade ao projeto. Disse que temos de focar em como fortalecer arranjos locais. Solicitou a inclusão de um relato da 4ª Reunião do Comitê Internacional de Coordenação do Projeto BFN, com destaque para a reação dos países aos feitos do Brasil, além de um breve relato sobre os feitos dos outros países.

Em sequência foram iniciadas as apresentações dos representantes das instituições parceiras:

Ministério da Saúde/Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN
Lorena T. de A. Melo – CGAN/MS

Inicialmente a representante do MS se referiu à “Estratégia de Controle da Obesidade”, que está diretamente ligada à disponibilidade de alimentos saudáveis. Citou que a desnutrição ainda persiste nas camadas mais pobres. Ressaltou também que os índices de obesidade e de sobrepeso no Brasil são os que mais crescem no mundo. Os levantamentos realizados pelo MS mostram que 56,9% da população brasileira está com excesso de peso e 20,8% das pessoas acima de 18 anos já sofrem dos problemas de obesidade.

Lorena Melo mostrou que o Ministério da Saúde está desenvolvendo uma série de campanhas voltadas para: a) estimular o alimento saudável; b) chamar a atenção da população para preferir alimentos orgânicos e de base agroecológica; e c) na cozinha com verduras e frutas. Nesse contexto, revelou entendimentos e acordos de cooperação com a indústria para a redução dos níveis de sódio e açúcar nos alimentos.

Em seguida tratou do Guia Alimentar, que tem, como Regra de ouro - prefira alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados. O MS busca a implementação das diretrizes do Guia Alimentar no PLANAPO I e II.

Já no que se refere à publicação “Alimentos Regionais Brasileiros”, que contemplou 63% das espécies nativas da sociobiodiversidade brasileira, a conclusão é de que algumas receitas que constam no livro ainda não têm dados de composição nutricional e nem fotos. Chamou-se a também atenção para a Campanha da Promoção da Saúde “Da saúde se cuida todos os dias”. Da mesma forma, referiu-se ao Programa Saúde na Escola, que tem parceria com a UERJ e contribuição do BFN.

Outras ações que estão relacionadas às atividades do BFN se referem à: (i) implementação do Guia Alimentar; (ii) Campanha Brasil Saudável e Sustentável (BRASS) do MDS, com o envolvimento do MS; (iii) Acordo com o Mercosul para promover o consumo de alimentos locais de alto valor nutritivo, com resgate a alimentos e práticas culturais sustentáveis; (iv) elaboração do Decreto – Pacto Federativo para Alimentação Saudável; (v) elaboração, em parceria com a UFMG, de materiais para profissionais; e (vi) revisões e diagramação de materiais que estão sendo preparados pelo NUCANE-UERJ.

As ações futuras incluem: a) ampliação, divulgação do livro Alimentos Regionais Brasileiros; b) disseminação do Guia Alimentar; c) Manual de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, com foco na abordagem alimentar; e d) Exposição itinerante sobre alimentação saudável, com incentivo à alimentação regional. Essa exposição tem como objetivo ampliar o olhar das pessoas desde a produção de alimentos até o seu consumo.

Ministério do desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS
Hétel Leepkan dos Santos

A apresentação começa por destacar a assinatura do Decreto sobre o Pacto Federativo para Alimentação Saudável, durante a agenda da V CNSAN, e também a atividade da SESAN em relação ao acompanhamento do CAD único para monitorar populações extrativistas.

Em relação ao PAA, ressaltou que esse Programa deve ser apoiado por meio de ações da PNAPO, que é um fio condutor colocado nessa agenda. Sugeriu para que o Projeto BFN dê uma atenção especial para a agenda da PLANAPO. Destacou que atualmente os conceitos de cadeia de valor da sociobiodiversidade já estão integrados nas pautas, mas há ainda falta de visibilidade no governo, principalmente em relação aos agrotóxicos.

No que diz respeito ao cofinanciamento do MDS para o Projeto BFN, revelou que em 2014 foram executados pelo PAA o montante de R\$ 536 milhões com produtos da sociobiodiversidade.

Mencionou também a realização no Brasil de seminários para saber quais são as cadeias da sociobiodiversidade, bem como para receberem sinalização sobre quais produtos vêm de cadeias extrativistas. Citou que em 2014 o PAA executou recursos da ordem de R\$ 536 milhões, com a aquisição de 291 mil de toneladas de alimentos. Desses R\$, 19,8 milhões se referem à aquisição de produtos da sociobiodiversidade, envolvendo 7,5 milhões de toneladas de alimentos. Hétel lembrou também que o CONSEA sempre solicita para que o PAA aumente a compra de produtos da sociobiodiversidade e o MDS sempre diz que comprará tudo o que for ofertado.

Em 2014, foram gastos especificamente R\$ 737 mil com açaí; R\$ 831 mil com biscoito de castanha; R\$ 4 milhões com castanha do Brasil; e R\$ 1,2 milhões com compota de cupuaçu. Destacou que a partir desses dados podem ser realizados vários mapeamentos interessantes. Salientou que um dos problemas – quando há demanda de aumento da compra de produtos da sociobiodiversidade, é que não há uma lista de quais são esses produtos. Uma opção seria, sem dúvida, avançar com uma portaria para ajudar nesse processo. Hétel se referiu a uma proposta de portaria organizada em parceria pelo MDS e MMA (SBF/SEDR). Disse que essa proposta avança bastante na definição das espécies da sociobiodiversidade e que poderiam ser comercializadas pela agricultura familiar. Essa seria uma definição importante e urgente, já que para o MDS fazer recomendações precisa ter tranquilidade para isso.

Explicou o andamento das discussões relativas à pauta da sociobiodiversidade, destacando que essa pauta pode avançar por meio de uma Comissão da Agroecologia (no âmbito da PLANAPO) ou também como eixo próprio. Disse que se a proposta é fortalecer a sociobiodiversidade então esta deveria ser tratada como uma política pública específica, ou seja, como um eixo próprio. Destacou que em 2014, durante a reunião do CNC, sugeriu uma maior interação do Projeto BFN com o CONSEA e viu isso acontecendo no ano passado.

Na parte de perguntas, o representante da UFOP perguntou se, em termos legais, é possível adquirir café orgânico com a Lei nº 8.666. Respondeu com o exemplo da merenda escolar com a agricultura familiar. A merenda escolar gasta 30% dos recursos com a AF. Disse que hoje o Decreto nº 7.775, de 04 de junho de 2012, dispensa de procedimento licitatório as aquisições de alimentos no âmbito do PPA. Citou a Resolução nº 50, do Grupo Gestor do PPA, sobre a modalidade de compra institucional. Com isso, qualquer órgão da União, estado ou município pode

comprar da agricultura familiar com dispensa de licitação, por meio de chamada pública, onde as cooperativas apresentam as propostas.

Chamou a atenção, finalmente, para o Plano Safra da Agricultura Familiar, o qual estabelece que a partir de janeiro de 2016 os órgãos serão obrigados a comprar, pelo menos, 30% da agricultura familiar.

Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA

Doraci Cabanilha de Souza

Destacou inicialmente que o MDA tem uma forte interseção com os objetivos do Projeto BFN e chamou a atenção para a necessidade e interesse do MDA em restabelecer a parceria e repassar informações das ações que dizem respeito ao projeto, de modo que o ministério possa voltar a preencher a planilha de gastos e contribuir com a sua parcela de cofinanciamento ao projeto. No caso do PAA sementes, por exemplo, é necessário verificar que tipo de atividades podem ser relatadas como cofinanciamento.

A representante do MDA citou um projeto que está sendo realizado com 12 municípios do Nordeste Paraense, com a participação do Cecane/UFPA. Essa ação está direcionada para ajudar na oferta da agricultura familiar com o Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE. Relatou que o projeto envolve a análise de cardápios e a capacitação dos agentes envolvidos, análise de convergência e proposição de novos cardápios, que envolve análise nutricional, disponibilidade de produtos regionais e a oferta da agricultura familiar.

Destacou ainda uma parceria com a GIZ sobre negócios sustentáveis na Amazônia para melhorar o desenvolvimento de negócios e processos produtivos e de transformação de produtos da sociobiodiversidade e locais (alimentícios e outros, a exemplo dos artesanais. A parceria busca, portanto, apresentar soluções concretas para processos produtivos de produtos locais e recuperação de outros produtos. Destacou que os maiores problemas se referem à ampliação da diversidade e processos de gestão (processamento e questões sanitárias). Visa também melhorar as condições dos produtos e ampliar a compra pelo PAA e PNAE.

Na parte de perguntas, a Raquel/UFG mencionou a preocupação com o Cerrado (Região Centro-Oeste), onde as comunidades são sufocadas pelo agronegócio e o conhecimento tradicional está se perdendo. O que fazer para que esses importantes conhecimentos tradicionais não sejam perdidos? Lídio se referiu à Caatinga, apesar de que, em princípio, a pressão é menor. Regina/UFPR solicitou informações a respeito da legislação sanitária, e foi informada que ainda é limitada, pois depende de avanços do MAPA. A Hélène/MDS destacou que o MDA tem papel

na formação de estoques no PAA e sugeriu para verificação de quais produtos dessa modalidade são da sociobiodiversidade. Essa modalidade é executada com recurso do MDA. Lembrou ainda da agenda do *Slow Food* no MDA que, em parceria com a UFSC, tem um projeto com uma nova fase já aprovado.

Ministério da Educação/Fundo Nacional do Desenvolvimento Escolar/FNDE
Sara R. S. Lopes– CGPAE/FNDE/MEC

A representante do FNDE/MEC destacou que o PNAE tem duas diretrizes relacionadas ao BFN, ou seja, (i) a elaboração de cardápios que respeitem a cultura e hábitos tradicionais; e (ii) a promoção do desenvolvimento local sustentável.

Em seguida alertou para os compromissos a partir de 2016, isto é: a) PPA da educação – promoção de Educação Alimentar e Nutricional - EAN em 100 mil escolas (incluindo a elaboração de cardápios). A sociobiodiversidade está incluída nessa temática, mas ainda precisa ser desenvolvida no âmbito da EAN; b) aumento da compra da agricultura familiar para atingir os 30%, já que hoje estão sendo utilizados cerca de 20% (700 milhões de reais e o objetivo é chegar a 1.1 bilhão); c) monitoramento de cardápios de escolas quilombolas e indígenas (cardápios com cultura de alimentos da biodiversidade).

A Sara lembrou ainda que o PNAE está no Pacto Federativo da Alimentação Saudável, com as seguintes linhas: (i) aumento do consumo de frutos e hortaliças; (ii) aumento do consumo de pescado; (iii) diminuição do consumo de alimentos processados, e (iv) regulamentação da publicidade de alimentos.

Referiu-se ainda à pesquisa nacional do Cecane da UFSC, que incluiu questões relativas ao escopo da PLANAPO (PNAE tem 4 ou 5 metas na PLANAPO) relativas à inclusão de orgânicos e agroecológicos. Em razão da interação com o Projeto BFN foram incluídas duas perguntas sobre a sociobiodiversidade. A pesquisa foi realizada em 2014, com base nos cardápios de 2013 e foi desenvolvida com nutricionistas de 4200 prefeituras. Da lista de produtos indicados pelo BFN, todas as regiões relataram alimentos da sociobiodiversidade nos cardápios (não foi indagada a quantidade). Os 5 alimentos da sociobiodiversidade mais citados foram: (i) Centro-Oeste - pequi, caju do cerrado, cupuaçu, cajá e maracujá do cerrado; (ii) Nordeste - cajá, goiaba serrana, umbu, caju do cerrado e umbu-cajá; (iii) Norte - cupuaçu, cajá e açaí; (iv) Sudeste: goiaba serrana, jaboticaba, pequi e cajá; e (v) Sul – jaboticaba, goiaba-serrana. O alimento mais citado foi maracujá.

Uma das conclusões principais da UFSC foi o baixo conhecimento dos produtos da sociobiodiversidade pelos profissionais. Assim que o relatório referente a essa pesquisa for aprovado pelo FNDE, o mesmo será disponibilizado aos participantes da reunião.

A Hétel/MDS comentou que o resultado do estudo não está de acordo com a lista do PAA. Houve, inclusive, uma discussão sobre possíveis erros, caso da goiabeira serrada, que apareceu citada para o Nordeste, onde talvez tenha ocorrido confusão com a goiaba comum. A Sara informou que essa pesquisa se refere a um compromisso com a PLANAPO I. Essa pesquisa deverá ser repetida pelo FNDE na PLANAPO II (2016-2019), já que envolve uma pesquisa de alimentos orgânicos e agroecológicos. A Veridiana/UNIFESP mencionou uma pesquisa com uma aluna de mestrado que mostra o oposto, ou seja, uma inserção muito menor de produtos da agrobiodiversidade do que foi reportado na pesquisa da UFSC. Em 2013, por exemplo, de 96 chamadas públicas em SP, somente uma apresentou um produto da sociobiodiversidade (murici).

Veridiana mencionou ainda que em Ubatuba a prefeitura compra, na forma de polpa congelada, uma série de produtos da biodiversidade, caso da pitanga e cambuci, além da mandioca. Destacou que um dos principais empecilhos diz respeito à dificuldade do fornecimento da fruta fresca.

Ministério do Meio Ambiente – DEX/SEDR

Tiago Rusin

Tiago Rusin destacou as ações do DEX no Plano de Trabalho do BFN, com ênfase para as atividades: 2.3.1; 2.3.2; 2.3.3 e 2.3.4. Além do 3.1, que também tem forte relação com o trabalho do DEX.

Comentou a respeito dos Cadernos de Boas Práticas de Manejo Sustentável Orgânico, que estão sendo desenvolvidos em parceria como MAPA. Ao todo são 21 espécies que já tem documento base. Ressaltou ainda que tão logo esses cadernos forem finalizados, haverá a realização de oficinas para divulgação. Todos os cadernos incluem uma parte do extrativista e uma parte técnica para o extensionista. Acrescentou que ao total serão 30 espécies para as quais serão desenvolvidos esses cadernos de boas práticas.

Adiantou ainda que há uma série de estratégias que estão sendo consideradas em relação a esses cadernos, a exemplo da realização de oficinas de boas práticas de manejo; difusão dos produtos da sociobiodiversidade; fortalecimento das cadeias de produção, distribuição e consumo; e inserção das espécies na alimentação nacional.

O representante do Departamento de Extrativismo - DEX destacou também que o Departamento trabalha para ampliar o acesso de produtos extrativistas, tanto no PAA quanto no PNAE e na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade - PGPMBio.

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI/SIBBr
Keila Elizabeth Mafadem Juarez

A Keila Mafadem falou do Sistema de Informação sobre a Biodiversidade Brasileira – SIBBr, que foi implantado e está sendo implementado pelo MCTI. O SIBBr se refere a uma plataforma que integra dados sobre biodiversidade e os ecossistemas brasileiros de diversas fontes no país e no exterior. Mafadem mencionou que quem tiver informações para entrarem no SIBBr, basta enviar, que as mesmas serão colocadas no site com os devidos créditos. Falou que o MAPA, por exemplo, já enviou para o SIBBr os cadernos de boas práticas para entrarem no SIBBr.

Para promover um maior uso da biodiversidade brasileira é preciso coletar, documentar e divulgar informações acerca das espécies nativas. Nesse contexto, está sendo implantado no âmbito do SIBBr, um Banco de Dados de Composição Nutricional da Biodiversidade. Esse banco é o resultado de um esforço conjunto do Projeto “Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano”, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Ciência, e Tecnologia e Inovação e Universidades Federais.

Espera-se que esse Banco de Dados de Composição Nutricional da Biodiversidade venha a se tornar uma referência nacional para a composição de alimentos nativos brasileiros, de forma a integrar a biodiversidade em projetos científicos, programas, políticas públicas, intervenções e aconselhamento nutricional, tanto em iniciativas públicas quanto privadas.

Companhia Nacional do Abastecimento – CONAB/PGPMBio
Flávia Soares/Paulo Coutinho

A Flávia destacou inicialmente que o Programa de Aquisição de Alimentos – PAA atinge menos de 3% dos agricultores familiares. Salientou a importância da criação de políticas de apoio aos agricultores familiares e aos extrativistas. Mencionou ainda os Painéis realizados com objetivo de divulgar a política com o apoio das Conab regionais – linha de ação junto com o MDA – público de produtores. Após o Painel, inicia-se a subvenção da PGPMBio.

Na parte das perguntas, o Lídio solicitou informações em relação à inserção de uma nova espécie na PGPMBio. A Flávia respondeu que a demanda chega à Conab, que envia para o Conselho Gestor da PGPMBio. Desse Conselho Gestor fazem parte diversos ministérios, incluindo o Ministério da Fazenda, que dá a palavra final. O processo leva cerca de 3 meses. O Buriti, por exemplo, não foi aprovado para a safra 2015-2016. Uma nova proposta será efetuada. Neste caso, o problema teria sido a falta de recursos financeiros. Outra situação se refere ao pirarucu, que enfrenta um problema mais complicado, já que o então Ministério da Pesca e Aquicultura MPA considera que não se trata de um produto extrativista. Outro produto que deverá ser solicitada a inserção na PGPMBio é o licuri. As demandas para inclusão de uma espécie na PGPMBio devem vir do produtor, via Conab regional. Os produtos precisam ser nativos da região e ser do extrativismo. Atualmente fazem parte da PGPMBio 16 espécies.

O Paulo informou que para a definição do preço mínimo, há a condução de vários estudos. Na venda, as regionais acompanham o mercado e sabem o preço que está sendo praticado em cada região.

Na sua exposição, o Paulo fez questão de ressaltar que a PGPMBio é um apoio indireto. Na verdade, é uma política e políticas têm uma série de alternativas de apoio. Já o PAA é um apoio direto. É um programa. Um programa pode acabar com a mudança de governo. Falou que o PGPMBio é uma política mais de longo prazo, enquanto o PAA é um programa que pode ser de curto prazo. Em 2003, quando foi iniciado o PPA, um dos objetivos era o respeito à cultura regional, que se mantém até hoje. Durante a exposição o Paulo ressaltou ainda que a Conab opera com mais de 300 produtos.

Reforçou, uma vez mais, que o PAA alcança no máximo 3% dos agricultores familiares e envolve duas situações – quantidade e qualidade. Há a necessidade, portanto, de uma política com vários instrumentos, de forma a atender ao público da agricultura familiar e extrativista, uma discussão que vem ocorrendo desde 2006, mas ainda não avançou.

Projeto Educando com Horta Escolar e Gastronomia – PEHEG/CET/UnB

Alessandra Santos dos Santos

A Alessandra do CET/UnB informou alguns dados do Projeto Educando com Horta Escolar e Gastronomia - PEHEG. O Projeto está na sua 3^a edição. Na 1^a edição não havia o mote da gastronomia. Era apenas horta escolar. Na verdade, são quatro áreas de atuação, ou seja: (i) nutrição; (ii) gastronomia; (iii) educação; e (iv) meio ambiente. 150 municípios já foram atendidos nessa 3^a edição, sendo que 453 haviam sido atendidos nas edições anteriores.

Cada município deve inscrever 5 escolas, apesar de que alguns só contam com 3 escolas e também são incluídos. O município necessariamente tem de implantar a horta, que serve como eixo integrador. Nesta edição o trabalho está sendo com base na Educação à Distância – EAD, que em 2015 teve 6 módulos, com 4 cadernos de orientações. O BFN contribuiu com o material sobre os Viveiros Educadores. Trabalham também com o Guia Alimentar e o livro Alimentos Regionais. A horta deve de ser orgânica. Envolve a DRT (Nutricionista), pedagogo, alguém da Secretaria e alguém da gastronomia, que compõem os multiplicadores, que são os que participam das EAD. Esse ano a plataforma foi aberta para atender outros municípios participantes de versões anteriores, de acordo com demanda.

Na fase de perguntas, a Raquel/UFG indagou como a gastronomia é trabalhada em EAD, quando foi informado que é por meio de vídeo-aulas. A Alessandra informou que neste ano foi possível envolver ainda as Secretarias de Meio Ambiente, o que significou um importante avanço no projeto, destacando, inclusive, que há vários relatos bastante animadores em relação a essa iniciativa. Raquel ressaltou a importância de incentivos para a sistematização e publicação dos dados relatados pela Alessandra, que são fundamentais para o mundo acadêmico.

Embrapa Hortaliças – Embrapa/MAPA

Nuno Rodrigo Madeira

Em sua exposição o pesquisador Nuno Madeira destacou o trabalho que vem realizando em relação à conservação e à promoção do uso das hortaliças não tradicionais, nativas ou exóticas ao país. Mencionou que o trabalho que vem realizando na Embrapa Hortaliças envolve 50 espécies do grupo das hortaliças. Fez questão de realçar a forte ligação desse trabalho com os objetivos da Iniciativa Plantas para o Futuro e com o Projeto BFN. Na oportunidade realçou a necessidade do fortalecimento da integração entre essas ações que estão sendo conduzidas pelo MMA e o trabalho e o trabalho que está sendo levado a efeito pela Embrapa.

Em seguida a essa apresentação, a Coordenadora do Projeto BFN perguntou ao Nuno Madeira sobre a situação das análises nutricionais que estariam sendo realizadas com as espécies de hortaliças nativas que fazem parte desse trabalho. Nuno respondeu que a Embrapa Agroindústria de Alimentos, sediada no Rio de Janeiro deverá disponibilizar os resultados após publicação de artigo a respeito.

A Raquel/UFG ofereceu o seu laboratório para realizar análises de outras hortaliças tradicionais que não estão no projeto da Embrapa, ficando de acertar os detalhes com o Nuno.

Embrapa Agroindústria Tropical /Fortaleza-CE

Ricardo Elesbão

Ricardo referiu-se, inicialmente, à nova Lei nº 13.123/2015, que trata do Acesso ao Patrimônio Genético e ao Conhecimento Tradicional Associado, indagando se o Projeto BFN está atento aos seus diversos dispositivos relacionados a amostragem de material a campo.

Mencionou o Centro Nacional de Pesquisa em Produtos Naturais existente no Mississipi e as incríveis oportunidades que podem ser criadas a partir de ações de pesquisa com espécies nativas. Chamou a atenção para um Memorando de Entendimento que foi celebrado entre a Embrapa e a Bioversity.

Mostrou interesse em contribuir para o aprofundamento das tabelas com informações sobre a composição nutricional das espécies nativas brasileira, além, inclusive, do que vem sendo realizado atualmente, por exemplo, compostos fenólicos, com dados também dos efeitos à saúde. Mencionou o Site – agrobiodiversidade e nutrição, bem como o AliNutris – Alimentos Nutrição e Saúde.

Proposta de Diretrizes Nacionais para a Integração da Biodiversidade

Camila Neves Soares Oliveira

A Camila Oliveira fez uma breve exposição do assunto e explicou a intenção em relação à edição de uma portaria do MMA (Anexo III) para a implementação no Brasil das Diretrizes Nacionais para a Integração da Biodiversidade (Anexo IV).

Disse que as Diretrizes visam apoiar os diferentes segmentos e instâncias do governo brasileiro e da sociedade civil, com vistas à integração da biodiversidade em todas as políticas, programas e planos de ação nacionais e regionais relevantes, de forma a contribuir para o combate à má nutrição em todas as suas formas e, especificamente, para a promoção do conhecimento, da conservação, do desenvolvimento e do uso dos alimentos da biodiversidade.

Mencionou, na oportunidade, a reunião já realizada com a Patrícia Gentil da Caisan, da qual participaram também o Diretor do DESP, a Gerente de Conservação de Espécies e o Diretor Nacional do Projeto BFN. Falou da sugestão da Patrícia, baseada no processo de construção do Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional.

Durante as discussões a respeito do tema, Ricardo Elesbão, da Embrapa, explicou que passou o documento para análise de Maria José Amstaldem Moraes Sampaio e defendeu o termo “alimentos da biodiversidade” e não “biodiversidade alimentar”, como mencionado.

Maria de Fátima, da Federação Nacional dos Nutricionistas falou do Programa de Alimentação do Trabalhador, Portaria nº 3, de 2002. Há uma Comissão Tripartite, que é formada por segmentos do governo. Afirmou que essa Comissão está sendo alterada e contempla a EAN, na linha do PNAE. Nessa alteração deverá ser contemplada também a questão da agricultura familiar. Disse que seria muito importante fazer uma interface do BFN com esse Programa. Esse trabalho está sendo coordenado pelo Ministério do Trabalho (Rinaldo). Por solicitação do Lídio a Maria de Fátima ficou de encaminhar o material disponível.

Camila indagou sobre a possibilidade de apoio a essa portaria por parte de outros ministérios. A Lorena/MS falou que o trâmite para uma portaria interministerial é bem mais complicado do que uma portaria ministerial. Ricardo falou de poderia haver uma resposta formal ao documento. Lídio solicitou para que todos enviassem contribuições, mesmo que seja por e-mail. Disse ainda que, possivelmente, essa proposta deverá ser encabeçada pelo MMA.

Veridiana falou da experiência da Portaria Interministerial nº 10/2010, que institui as diretrizes para alimentação saudável nas escolas. A partir daí, saíram as resoluções publicadas pelo FNDE. Acha que o trabalho que daria a articulação seria recompensado. Camilo falou na possibilidade de realização de uma consulta pública.

Ricardo referiu-se ao portfólio de atividades que coordena, que tem toda relação com isso, apesar de não ter o termo “agricultura sensível à nutrição”, mas os projetos devem ser alinhados com o Objetivo Estratégico da Embrapa.

A Daniela falou de outro termo “utilizar a nutrição na métrica da agricultura”.

A Raquel disse que, pela lógica do novo Guia Alimentar, que promove o alimento *in natura* e tem toda relação com biodiversidade, as diretrizes poderiam ser discutidas nesse âmbito. Na verdade, todos os ministérios presentes apresentaram alguma interface com biodiversidade, o que seria interessante, portanto, que todos ajudassem na construção dessas diretrizes.

A Doraci, por sua vez, salientou que essa discussão deveria ser feita no âmbito do Consea. A Lorena falou que seria interessante apresentar também em outros conselhos, a exemplo da Caisan, do Conselho Nacional de Saúde – CNS, e da CNAPO. A Luiza, do Conselho Nacional dos Nutricionistas defendeu o caminho proposto pela Patricia Gentil, sobre o Marco de Referência de EAN. Disse que o momento inicial da discussão foi o Encontro de Educação Alimentar e Nutricional, com a participação da sociedade civil e diferentes ministérios. A partir desse evento, foi construído o texto base e depois houve mais três encontros, além de uma consulta pública. Foi construída uma rede virtual para compartilhamento de experiências relacionadas ao documento. Destacou que o documento foi construído coletivamente e com muita colaboração, que fez com que as pessoas se apropriassem do produto.

Veridiana falou que se for uma portaria, deve sim ter algumas obrigações. Novamente deu o exemplo das compras da agricultura familiar, que abriu a porta para muita coisa. Isso poderia abrir porta para aumentar as compras de alimentos da biodiversidade. Hoje pode parecer um sonho, mas daqui a pouco pode ser uma realidade, como ocorreu com as compras da agricultura familiar.

Luiza lembrou que está no momento de construção do Plansan e talvez uma meta poderia englobar essa proposta. Uma das metas do Plansan era a construção do marco de referência de EAN. Mencionou a tese da Michele Lessa, que fala do custo da obesidade para o Brasil (500 milhões por ano).

Nuno destacou o conflito com o PIB, salientando, entretanto, que iniciativas podem virar um coletivo. Já Veridiana falou do contexto do novo Guia Alimentar e que o caminho da alimentação saudável já está consolidado. Nuno entende importante o documento ser um pouco ousado também (para não ficar um documento vazio) e que vai fazer contribuições, mas serão pessoais e não da Embrapa. Lídio concordou plenamente com as colocações do Nuno, e solicitou aos participantes para que nas respostas sobre o encaminhamento das diretrizes não deixem de ousarem.

Por fim, ficou acordado que os participantes iriam enviar contribuições até o final de janeiro de 2016. A Camila ficou de encaminhar alguns lembretes e solicitou aos participantes para que consultem suas redes.

Considerações finais e encerramento

Na parte final da reunião, e atendendo sugestão do Diretor do DESP, a Daniela e a Camila fizeram um pequeno relato das discussões que ocorreram durante

a realização da quarta reunião do Comitê Internacional de Coordenação do Projeto BFN, realizada recentemente (novembro de 2015), em Nairobi, no Quênia.

Daniela mencionou a dificuldade de conseguir resultados das parcerias dos ministérios no Brasil, em comparação com a parceria com as universidades, que temos contato mais direto, até por conta do financiamento. A Camila mencionou a demanda em demonstrar que o BFN gera maior conservação. Ricardo, da Embrapa lembrou que isso seria possível. Adriana/UFC mencionou que essa discussão ainda está em nível federal e, com certeza, há muita informação em nível local que não está sendo captada.

Ao final da reunião foi ressaltada, uma vez mais, a relevância da reunião, os resultados obtidos, as articulações realizadas e a necessidade de maior contato do grupo e das instituições parceiras. Agradecimentos foram dirigidos a todos os participantes pela participação na reunião e pela positiva contribuição de cada um em prol dos resultados que, certamente, ajudarão a impulsionar ainda mais o Projeto BFN. Todos foram convidados a participarem da reunião no dia seguinte com os representantes das Universidades e instituições de pesquisa para discussão de assuntos relacionados às análises laboratoriais.

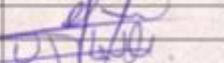
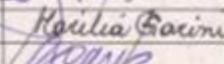
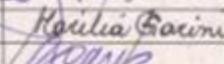
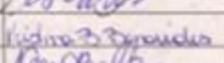
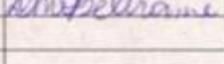
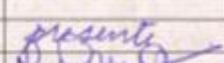
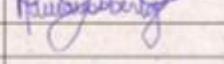
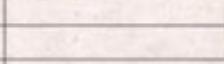
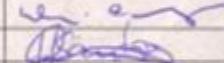
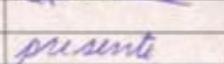
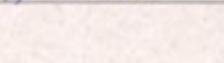
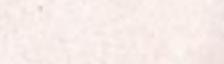
Lidio Coradin
Diretor Nacional do Projeto BFN



Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano (Projeto BFN)

III Reunião do Comitê Nacional de Coordenação

08 de dezembro de 2015

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
01	Lidio Coradin	Projeto BFN	(61) 96758655	lidio.coradin@gmail.com	
02	Ugo Eichler Vercillo	MMA/SBF	(61) 20282132	ugo.vercillo@mma.gov.br	
03	Marilia Marques Guimarães Marini	MMA/SBF	(61) 20282155	marilia.marini@mma.gov.br	
04	Camila Neves Soares Oliveira	MMA/SBF	(61) 20282288	camila.oliveira@mma.gov.br	
05	Krishna Bonavides	MMA/SBF	(61) 20282307	krishna.bonavides@mma.gov.br	
06	Daniela Moura de O. Beltrame	Projeto BFN	(11) 993818870	dani.moura.oliveira@gmail.com	
07	Alberto Silva	Projeto BFN	(61) 82948038	albertorocha@hotmail.com	
08	Juliana Ferreira Simões	MMA/SEDR	(61) 20281010	juliana.simoes@mma.gov.br	
09	Gabriel de Mendonça Domingues	MMA/SEDR	(61) 20281011	gabriel.domingues@mma.gov.br	
10	Mariana Silva	MMA/SEDR	(61) 20281045	mariana.r.silva@mma.gov.br	
11	Rogério Dias	MAPA/Coagre	(61) 32182413	rogerio.dias@agricultura.gov.br	
12	Jorge Gonçalves	MAPA/Coagre	(61) 32182413	jorge.ricardo@agricultura.gov.br	
13	Igor Teixeira	MDA		igor.teixeira@mda.gov.br	
14	Doraci Cabanilha de Souza	MDA	(61) 20200788	doraci.souza@consultor.mda.gov.br	
15	Hétel Leepkaín dos Santos	MDS	(61) 34331378	hetel.santos@mds.gov.br	
16	Michele Lessa de Oliveira	MS	(61) 33159004	michele.lessa@saude.gov.br	
17	Paulo Coutinho	CONAB		paulo.coutinho@conab.gov.br	

ANEXO I



Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
18	Flávia Soares	CONAB		flavia.soares@conab.gov.br	<i>presente</i>
19	Manuelita Falcão Brito	MEC/FNDE/PNAE	(61) 20225666/ (61) 20225665	manuelita.brito@fnde.gov.br	
20	Eliene Souza	MEC/FNDE/PNAE	(61) 20225663/ (61) 20225670	eliene.sousa@fnde.gov.br	<i>presente</i>
21	Keila Elizabeth Mafadem Juarez	MCTI	(61) 20337643	keila.juarez@mcti.gov.br	<i>KL</i>
22	Fernanda Camboim Rockett	UFRGS	(51) 9175-5006	fernandarockett@gmail.com	<i>Fernanda Rockett</i>
23	Veridiana Vera de Rosso	UNIFESP	(11) 99658-3459	veriderosso@yahoo.com	<i>Veridiana Vera de Rosso</i>
24	Regina Maria Vilela	UFPR	(41) 3360-4160	regina.vilela@mail.mcgill.ca	<i>Regina M. Vilela</i>
25	Camilo Adalton Mariano da Silva	UFOP	(31) 3559-1827	camiloadalton@yahoo.com.br	<i>Camilo Adalton</i>
26	Raquel Andrade Cardoso Santiago	UFG	(62) 9636-3682	racsantiago@gmail.com	<i>Raquel Andrade</i>
27	Adriana Camurça Pontes Siqueira	UFC	(85) 8696-4098	adriana.nutri@ig.com.br	<i>Adriana Camurça</i>
28	Jaime Aguiar	INPA	(92) 3643-1964	jaguilar@inpa.gov.br	<i>Jaime Aguiar</i>
29	Alessandra Santos dos Santos	CET/UNB	(61) 3107-5983	alesanto2@yahoo.com.br	<i>Alessandra Santos</i>
30	Ricardo Elesbão Alves	Embrapa Agroindústria Tropical	(85) 3391-7389	ricardo.alves@embrapa.br	<i>Ricardo Elesbão</i>
31	Nuno Rodrigo Madeira	Embrapa Hortalícias	(61) 33859044	nuno.madeira@embrapa.br	<i>Nuno Rodrigo</i>
32	Luiza Lima Torquato	CFN	(61) 3225-6027	luiza@cfn.org.br / cfn@cfn.org.br	<i>Luiza Lima</i>
33	Maria Fátima Fuhro	FNN	(48) 8804-2610	adm@fnn.org.br	<i>Maria Fátima Fuhro</i>
34	Nathalia Dreyer	Funbio	(21) 21235335	nathalia.dreyer@funbio.org.br	<i>Nathalia Dreyer</i>
35	Tiago RUSin	MMA/SPDR	16120281779	tiago.rusin@mma.gov.br	<i>Tiago RUSin</i>
36	Darla R S. Lopes	CGPAE / FNDE	(61) 2022-5595	darla.lopes@fnde.gov.br	<i>Darla R S. Lopes</i>



BIODIVERSIDADE
PARA ALIMENTAÇÃO
E NUTRIÇÃO

Nº	NOME	INSTITUIÇÃO	TELEFONE	EMAIL	ASSINATURA
37	Isaura T de A m. uo	CGAN/1 mS	(61) 3315-9036	isaura.melo@norte.ap.gov.br	Isaura T de A m. uo
38	Razael Ribeiro Soárez	MMA	(61) 2028-2009	razael.souza.ribeiro@mma.gov.br	Razael Ribeiro Soárez
39	Ghannim Maria da F. P. Nunes	MMA	(61) 2088-2095	ghannim.silva.ribeiro@mma.gov.br	Ghannim Maria da F. P. Nunes
40					

ANEXO II

Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade para Melhoria da Nutrição e do Bem-Estar Humano – Projeto BFN

III Reunião do Comitê Nacional de Coordenação

Data: 08 de dezembro de 2015

Local: Ministério do Meio Ambiente, SEPN 505, Bloco B - Sala CT-01 - 1º Andar

09h30- 10h00	Abertura - Lídio Coradin - Diretor Nacional do Projeto BFN; Ugo Eichler Vercillo - Diretor do Departamento de Conservação da Biodiversidade -, DESP/SBF/MMA; Marilia Marques Guimaraes Marini - Gerente de Conservação de Espécies - DESP/SBF/MMA
10h00-10h10	Apresentação dos Participantes
10h10-10h45	Apresentação sobre o Projeto BFN e das atividades em parceria com Universidades Federais e INPA - Daniela Moura de O. Beltrame, Coordenadora Nacional do Projeto.
10h45-11h00 Coffee Break	
11h00-11h25	Ministério da Saúde / Política Nacional de Alimentação e Nutrição – PNAN
11h25-11h50	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS / Programa de Aquisição de Alimentos – PAA
11h50-12h15	Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA / Departamento de Geração de Renda e Agregação de Valor
12h15-12h40	Ministério da Educação - MEC / Fundo Nacional de Desenvolvimento Escolar – FNDE / Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE
12h40-14h00 Almoço	
14h00-14h25	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA / Pró-Órgânico e Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica – PNAPO
14h25-14h50	Comissão Nacional de Abastecimento – CONAB / Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade – PGPMBio
14h50-15h15	Ministério do Meio Ambiente – MMA / Departamento de Extrativismo – DEx
15h15-16h40	Projeto Hortaliças Tradicionais - Nuno Madeira, Embrapa Hortaliças
16h40-16h55 Coffee Break	
16h55-17h40	Discussão da Proposta de Diretrizes Nacionais para a Integração da Biodiversidade nas Políticas, Programas e Planos de Ação Nacionais e Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional.
17h40-18h00 Considerações finais e encerramento	

ANEXO III

PORTARIA MMA 0XX/2015

A MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE, no uso das atribuições que lhe conferem os incisos I e II, do parágrafo único, do art. 87, da Constituição Federal e o § 2º do art. 19 do Decreto nº XXXXX, de 06 de Junho de 2013, resolve:

Art. 1º Estabelecer as Diretrizes para a Integração da Biodiversidade nas Políticas, Programas e Planos de Ação Nacionais e Regionais de Segurança Alimentar e Nutricional, de acordo com o Anexo I.

ISABELLA TEIXEIRA
MINISTRA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE

ANEXO IV

DIRETRIZES PARA A INTEGRAÇÃO DA BIODIVERSIDADE NAS POLÍTICAS, PROGRAMAS E PLANOS DE AÇÃO NACIONAIS E REGIONAIS DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Objetivo

O objetivo das Diretrizes é apoiar os diferentes setores e esferas do governo brasileiro e da sociedade civil na integração da biodiversidade em todas as políticas, programas e planos de ação nacionais e regionais relevantes, para combater a má nutrição em todas as suas formas e, especificamente, para promover o conhecimento, a conservação, o desenvolvimento e o uso dos alimentos da biodiversidade.

Entende-se por **alimentos da biodiversidade** as variedades e cultivares de plantas e raças animais utilizados como alimento, incluindo as espécies silvestres e as espécies negligenciadas e subutilizadas que contribuem para alimentação, nutrição e saúde.

Princípios

As Diretrizes contribuem para a implementação do Guia Alimentar para a População Brasileira, documento oficial que aborda os princípios e as recomendações de uma alimentação adequada e saudável para a população, priorizando sempre alimentos *in natura* ou minimamente processados, e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados. As orientações do Guia direcionam para a escolha de alimentos para compor uma alimentação nutricionalmente balanceada, saborosa e culturalmente apropriada e que, ao mesmo tempo, promovam sistemas alimentares socialmente e ambientalmente sustentáveis.

As Diretrizes apoiam o desenvolvimento de uma agricultura sensível à nutrição, que considera a composição nutricional da biodiversidade (em especial **alimentos da biodiversidade**) para enfrentar a desnutrição em todas as suas formas.

Uma agricultura sensível à nutrição seria aquela que simultaneamente favorece: a) maior disponibilidade de alimentos frescos produzidos em bases agroecológicas; b) a sustentabilidade social, ambiental e econômica; e c) a promoção da agrobiodiversidade.

As Diretrizes apoiam o desenvolvimento de estratégias multi-setoriais para melhorar a segurança alimentar e nutricional por meio do envolvimento de atores e partes interessadas em todos os níveis, a exemplo dos tomadores de decisão, gestores de políticas públicas e profissionais que atuam no tema. Para que as Diretrizes sejam implementadas com sucesso, há necessidade da colocação em prática de um arranjo institucional adequado em âmbito nacional. Entre os principais atores, devem estar inclusos ministérios e instituições que lidam com nutrição, saúde, agricultura (silvicultura, pesca, pecuária, fruticultura, horticultura e aquicultura), educação, meio ambiente, comércio, planejamento, redução da pobreza, segurança alimentar, desenvolvimento rural, economia e finanças, além do Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea, a Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional – Caisan e as organizações da sociedade civil e do setor privado, incluindo povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares. Instituições envolvidas com recursos genéticos para a alimentação e a agricultura, bem como com nutrição devem ser envolvidas e guiar ativamente o processo.

Para o sucesso da implementação destas Diretrizes, considera-se fundamental o engajamento, nos diferentes níveis, das diferentes instituições e indivíduos envolvidos no planejamento e implementação de programas e políticas relevantes relacionadas à temática. Este esforço deve envolver não apenas o setor de saúde e programas de nutrição, mas também os setores da agricultura, meio ambiente, segurança alimentar, educação, comércio, finanças, planejamento, além da proteção social e suas partes interessadas. Políticas e programas precisam ser

mutuamente reforçados em todos os setores e níveis do governo e devem levar em conta a potencial contribuição da biodiversidade para alimentação e agricultura. Ademais, para que as Diretrizes sejam efetivamente implementadas, é fundamental o apoio político e o desenvolvimento de uma forte liderança, além de uma boa cooperação entre os setores relevantes, a construção de capacidades e alianças, a mobilização de recursos e o aumento na motivação e convencimento das instituições e dos tomadores de decisão sobre o papel crucial da biodiversidade para uma alimentação diversificada e uma nutrição adequada, desde que devidamente implementada em suas respectivas políticas e programas.

Os seguintes princípios fundamentais foram formulados para que a implementação das Diretrizes seja bem sucedida, os quais devem ser levados em consideração durante toda a fase de planejamento:

- Identificação de todos os setores relevantes e as metas de desenvolvimento, onde a biodiversidade para alimentação e nutrição possa ser integrada;
- Estabelecimento de um arranjo institucional efetivo, com diálogo e cooperação em todos os níveis, além da identificação de pontos de entrada relevantes;
- Identificação de questões específicas sobre desnutrição e deficiências de micronutrientes, que devem ser abordadas;
- Desenvolvimento de um plano de ação nacional, com o envolvimento de todas as partes interessadas, incluindo a mobilização de recursos e a implementação de um sistema de monitoramento e avaliação;
- Fortalecimento da base de evidências científicas que demonstre o valor da biodiversidade para alimentação e nutrição, e crie consciência sobre a importância da construção de uma agricultura mais sensível à nutrição;
- Sensibilização, em todos os níveis, sobre o papel dos **alimentos da biodiversidade** e sua composição nutricional única, além das questões relacionadas à má nutrição;
- Fortalecimento da capacidade individual e institucional.

As Diretrizes estão divididas em três elementos principais:

A. PESQUISA - para aumentar a base de conhecimentos acerca dos benefícios do uso dos **alimentos da biodiversidade** para combater problemas relacionados à má nutrição; avaliar as oportunidades relativas às questões específicas de nutrição do país, por meio do uso da biodiversidade para alimentação e agricultura; e preencher lacunas de pesquisa sobre a composição de alimentos dos diferentes setores que utilizam recursos genéticos para alimentação e agricultura, inclusive por meio da meta-análise dos dados existentes e da metodologia para compilação de dados já existentes na literatura científica desenvolvida e padronizada pela FAO/INFOODS (Food and Agricultural Organization /International Network of Food Data Systems);

B. IMPLEMENTAÇÃO - para colocar em prática as atividades que integram a biodiversidade para alimentação e agricultura nas políticas, programas e planos de ação de nutrição ou relacionados à nutrição; e

C. SENSIBILIZAÇÃO - para aumentar o conhecimento do público em geral e das diferentes partes interessadas sobre a importância estratégica dos **alimentos da biodiversidade** para o combate à má nutrição.

A seguir são apresentados exemplos de como a integração da biodiversidade poderia ser alavancada. Considera-se que as atividades devem ser baseadas em evidências científicas sólidas e que sejam consistentes com os compromissos internacionais assumidos pelo país.

A: PESQUISA

- i. Conduzir estudos voltados à identificação de novas espécies da biodiversidade nativa de valor econômico atual ou potencial, de uso local ou regional, a exemplo da iniciativa “Plantas para o Futuro” do Ministério do Meio Ambiente, com perspectivas de inclusão nos mercados a curto ou médio prazos.
- ii. Apoiar a realização de pesquisas sobre os teores de nutrientes dos **alimentos da biodiversidade**, incluindo os alimentos derivados da floresta (extrativismo) e de recursos genéticos aquáticos.
 - a. Isso implicará no desenvolvimento de parcerias nacionais e internacionais, no uso de bancos de dados existentes (a exemplo da FAO/INFOODS), literatura científica, a geração de novos dados e sua compilação em bancos de dados e análise desses dados para determinar os diversos impactos da biodiversidade para alimentação e agricultura na prevenção e combate à má nutrição.
 - b. As pesquisas devem também dar suporte à identificação dos principais problemas relacionados à má nutrição, em âmbito local ou nacional, que poderiam ser solucionados por meio de políticas e programas de nutrição (ou relacionados à nutrição) relevantes para a biodiversidade, assim como à identificação das espécies e/ou alimentos que poderiam ser utilizadas para combater essas questões.
- iii. Colaborar com órgãos regionais e internacionais no financiamento e organização de seminários e cursos regionais sobre o desenvolvimento de bancos de dados de composição de **alimentos da biodiversidade** que objetivem a busca de informações sobre a influência dos sistemas de produção, solo, clima/estações e ração, além da inclusão de informações abaixo do nível de espécies (a exemplo de variedades, cultivares e raças). Ênfase especial deve ser dada para análise do teor de vitaminas e minerais de alimentos, especialmente em produtos oriundos de espécies nativas da flora, uma vez que estes dados ainda são escassos.
- iv. Estabelecer colaboração entre as partes interessadas, de modo a integrar a biodiversidade em pesquisas de consumo alimentar, a exemplo da Pesquisa de Orçamentos Alimentares – POF.
- v. Apoiar o melhoramento de espécies vegetais com base na biodiversidade nativa, a fim de obter o perfil de nutrientes necessários para o combate à má nutrição, mantendo características agrícolas positivas.
- vi. Apoiar pesquisas relacionadas a sistemas de produção sensíveis à nutrição, que englobem a identificação, caracterização, conservação, desenvolvimento e uso de variedades, incluindo cultivos agrícolas, alimentos derivados do extrativismo florestal e recursos genéticos aquáticos potencialmente úteis no combate à má nutrição.
- vii. Identificar mecanismos para melhorar o sistema de produção de sementes de variedades de plantas com perfis nutricionais desejáveis, de modo que sejam incluídas em produções de larga escala.
- viii. Apoiar pesquisas locais que visem estudar o desenvolvimento de cadeias de mercado para alimentos de diferentes variedades com perfis nutricionais desejáveis, a fim de identificar formas de promover tais produtos aos consumidores.
- ix. Desenvolver mecanismos e regulamentos para apoiar a presença da biodiversidade, mesmo em mercados altamente competitivos.

- x. Incentivar e apoiar investimentos para a condução de pesquisas sobre as propriedades nutricionais e benefícios à saúde de **alimentos da biodiversidade**, incluindo investimentos do setor privado e da indústria de alimentos. Tais pesquisas poderiam também incluir meta-análises e pesquisas com consumidores.
- xi. Realizar levantamento de alimentos tradicionais (saberes e sabores), inclusive dados sobre as formas de preparo desses alimentos, com avaliação da sua composição nutricional.
- xii. Avaliar o impacto de dietas diversificadas oferecidas por meio das políticas públicas relacionadas à segurança alimentar e nutricional na saúde das populações/comunidades beneficiárias, com ênfase para iniciativas do governo federal, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE.

B: IMPLEMENTAÇÃO

- i. Garantir maior representatividade das espécies da biodiversidade nativa em feiras, mercados hortifrutigranjeiros, entre outros.
- ii. Ampliar o uso de espécies da biodiversidade brasileira na culinária nacional pelo estímulo ao desenvolvimento de novas receitas e incentivo à preparação de novos pratos por parte de renomados *chefs* de cozinha.
- iii. Fortalecer as ações de educação, com vistas à inclusão na dieta das escolas de produtos regionais com maior qualidade nutricional, incluindo capacitação de merendeiras, nutricionistas, comunidade (melhoria do uso e modo de utilização dos alimentos), bem como atividades para melhorar a percepção das comunidades sobre os alimentos regionais.
- iv. Apoiar, em colaboração com pesquisadores nacionais, povos indígenas, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares, serviços de extensão e de inovação agrícola sensíveis à nutrição, com vistas ao estabelecimento de sistemas e bancos de recursos genéticos para variedades com perfis nutricionais potencialmente benéficos para a saúde.
- v. Fornecer apoio para reforçar a capacidade da agricultura familiar para a produção de alimentos locais com perfis nutricionais adequados, por meio de créditos subsidiados e apoio técnico a tecnologias de produção.
- vi. Identificar e criar mecanismos para introduzir/reintroduzir e promover hortas caseiras/quintais de frutas e hortaliças locais e tradicionais e, sempre que possível, integrar tais hortas com fazendas de peixes e manejo sustentável de pequenos animais. Por meio de serviços de extensão agrícola, garantir a disponibilidade de sementes/mudas de variedades com alto valor nutricional.
- vii. Promover e expandir a agricultura urbana com os princípios da agricultura orgânica, em particular para a produção de hortaliças locais/tradicionais, com garantia de fácil disponibilidade de sementes para grupos e indivíduos interessados.
- viii. Promover a inclusão de recursos genéticos com perfis nutricionais adequados em políticas e programas agrícolas de larga escala, incluindo o setor privado, a exemplo de produtores de sementes.
- ix. Promover a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade nas compras públicas em geral e em programas federais, a exemplo do PAA e do PNAE.

- x. Apoiar e promover iniciativas, a exemplo de hortas/fazendas escolares para serem utilizadas como veículos para educar jovens sobre os benefícios dos **alimentos da biodiversidade**, inclusive considerando sua institucionalização, de modo a assegurar a sua viabilidade e sustentabilidade.
- xi. Promover a incorporação de **alimentos da biodiversidade** em atividades relevantes da área de nutrição (a exemplo de composição de alimentos, orientações dietéticas, educação alimentar e nutricional, avaliação dietética e desenvolvimento de políticas de nutrição), e em atividades agrícolas relevantes (pesquisa, produção, seleção e produção de sementes e produção em larga escala).
- xii. Promover abordagens nutricionais com base na utilização de **alimentos da biodiversidade** diversificados, de modo a facilitar o combate à má nutrição.
- xiii. Apoiar a criação de infraestrutura para feiras e mercados voltados a alimentos que tenham como base espécies silvestres ou espécies negligenciadas ou subutilizadas, a fim de permitir o acesso desses alimentos ao mercado e facilitar assim a sua disponibilidade à população.
- xiv. Alinhar iniciativas de integração da biodiversidade com as prioridades do governo e os esforços internacionais sobre o tema, a exemplo do Plano Plurianual – PPA do governo federal, do Plano Estratégico para a Biodiversidade 2011-2020 da CBD e de outros processos intergovernamentais relevantes.
- xv. Implementar ações institucionais que possam fortalecer e/ou implementar processos de integração/transversalização de políticas públicas, e proporcionar espaços de diálogo para a elaboração de novas políticas públicas.
- xvi. Implantar banco de dados para o armazenamento de informações sobre o valor nutricional das espécies da biodiversidade, bem como desenvolver ações para a sua manutenção, entrada de novos dados, com fácil acessibilidade por parte dos diferentes segmentos da sociedade.

C: SENSIBILIZAÇÃO

- i. Apoiar o desenvolvimento de campanhas nacionais de sensibilização que incluam, entre outros, o estabelecimento de programas de rádio do tipo *talk shows* "conheça seus alimentos" e programas de televisão que apresentem as propriedades nutricionais e de saúde em relação ao uso de **alimentos da biodiversidade**, e sua possível utilização nas refeições diárias.
- ii. Apoiar a organização, em intervalos regulares, de iniciativas, a exemplo de oficinas voltadas à discussão de políticas, mesas redondas e reuniões com os interessados para aumentar a consciência do setor público e dos tomadores de decisão sobre a importância dos **alimentos da biodiversidade** e de seu papel na garantia de uma boa nutrição e segurança alimentar. Setores relacionados com agricultura, saúde, educação, desenvolvimento rural, meio ambiente, planejamento e finanças também são importantes alvos destas iniciativas de sensibilização.
- iii. Organizar, em colaboração com parceiros, tais como a FAO, o Consea, a Caisan, universidades, institutos de pesquisa e grupos e associações de agricultores, seminários nacionais e regionais que visem à promoção da integração da biodiversidade na alimentação, nutrição e agricultura.

- iv. Demonstrar as vantagens do uso das espécies nativas na culinária e a importância estratégica de promover ações para a conservação *in situ, ex situ* e *on farm*, a curto, médio e longo prazos.
- v. Estender o Marco de Referência de Educação Alimentar e Nutricional para Políticas Públicas, de forma a incluir no currículo das escolas primárias o tema biodiversidade, com aspectos relacionados à conservação e uso sustentável, bem como sua importância estratégica para alimentação, nutrição e agricultura, sistemas alimentares locais e tradicionais, incluindo recursos alimentares aquáticos, seus usos na dieta e suas propriedades nutricionais e de proteção e promoção da saúde.
- vi. Promover e incentivar, como ferramenta educacional para crianças e para a população em geral, a exibição de imagens de plantas e animais nativos, locais e regionais, na capa de livros escolares, cadernos e livros de exercícios, com mensagens curtas e de fácil compreensão acerca das suas propriedades nutricionais e de saúde, e organizar oficinas culinárias e sessões de degustação para as crianças e seus pais, incentivando a inclusão de **alimentos da biodiversidade** na preparação de alimentos e nos hábitos alimentares.
- vii. Promover periodicamente em diferentes regiões do país eventos voltados à degustação de espécies nativas regionais, de modo que a população possa criar maior familiaridade com as espécies da biodiversidade brasileira.
- viii. Disseminar, por meio de conferências, *websites*, artigos científicos e documentos de orientação, os resultados das pesquisas realizadas pela comunidade científica e relacionadas à nutrição (a exemplo dos atributos nutricionais das espécies nativas, com ênfase para macro e micronutrientes), agricultura, saúde e meio ambiente.
- ix. Organizar eventos especiais relacionados à integração da biodiversidade na alimentação, nutrição e agricultura, tais como feiras, festivais ou um “Dia Nacional dos Alimentos da Biodiversidade”. Muitas vezes, existem diversas organizações que trabalham com atividades e iniciativas semelhantes e podem ser desenvolvidas sinergias por meio da facilitação de parcerias colaborativas e redes de trabalho.
- x. Promover reuniões periódicas com *chefs* de cozinha das diversas regiões do país, com vistas a criar maior sensibilidade para as espécies da biodiversidade brasileira que podem ser utilizadas como novas opções na culinária, o que proporcionará novas experiências gastronômicas e, como consequência, maior valorização dessa riqueza.

ANEXO V

PONTOS REALÇADOS DURANTE A III REUNIÃO DO COMITÊ DE COORDENAÇÃO NACIONAL DO PROJETO BFN

Relevância das parcerias construídas pelo Projeto BFN com as universidades e instituições de pesquisa.

Importância dos arranjos com engajamento local, bem como dos arranjos com núcleos regionais, que permitem uma maior capilaridade ao projeto.

Fortalecimento nas relações do Departamento de Extrativismo DEX/SEDR com o Projeto BFN.

A nova fase do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - Planapo, Plano Nacional de Fortalecimento do Extrativismo - Planafe e do Plano Nacional de Promoção das Cadeias de Produtos da Sociobiodiversidade - PNPSB.

Necessidade de se pensar, de forma orgânica, como as políticas nos territórios vão dialogar com outras políticas de acesso a programas de compra institucional e de arranjos produtivos locais, de forma a permitir que os extrativistas tenham uma remuneração justa por seus serviços ambientais, para o que será necessária a busca de maior articulação, bem como a melhoria dos arranjos de governança.

Feira Gastronômica “Mistura”, que ocorre anualmente no Peru, com forte participação do setor produtivo e dos produtores, com ênfase para as comunidades tradicionais, que usam ingredientes da biodiversidade da Região Andina.

Criação da “Estratégia de Controle da Obesidade”, que está diretamente ligada à disponibilidade de alimentos saudáveis.

A desnutrição ainda persiste nas camadas mais pobres do país.

Os índices de obesidade e de sobrepeso no Brasil são os que mais crescem no mundo, onde a taxa de sobrepeso alcança 56,9% da população brasileira e a obesidade atinge 20,8% das pessoas acima de 18 anos.

Campanhas do MS para: a) estimular o alimento saudável; b) chamar a atenção da população para preferir alimentos orgânicos e de base agroecológica; e c) na cozinha com verduras e frutas.

Entendimentos e acordos de cooperação com a indústria para a redução dos níveis de sódio e açúcar nos alimentos.

Regra de Ouro do Guia Alimentar – “prefira alimentos *in natura* ou minimamente processados e preparações culinárias a alimentos ultraprocessados”.

Muitas receitas do livro “Alimentos Regionais Brasileiros” ainda não têm dados de composição nutricional e nem fotos.

Atenção para a Campanha da Promoção da Saúde “Da saúde se cuida todos os dias”.

Acordo com o Mercosul com vistas ao consumo de alimentos locais de alto valor nutritivo, com resgate a alimentos e práticas culturais sustentáveis.

Exposição itinerante sobre alimentação saudável, com incentivo à alimentação regional, que visa ampliar o olhar das pessoas desde a produção de alimentos até o seu consumo.

Biodiversidade deve permear a tomada de decisão e estar no centro da discussão.

Assinatura do Decreto sobre o Pacto Federativo para Alimentação Saudável.

O Projeto BFN deve dar especial atenção para a agenda do Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica - PLANAPO.

Em relação ao cofinanciamento do MDS para com o Projeto BFN, em 2014 foram executados pelo PAA recursos da ordem de R\$ 536 milhões com produtos da sociobiodiversidade.

Há uma demanda pelo aumento da compra de produtos da sociobiodiversidade. O problema é a falta de uma lista sobre quais são os produtos da sociobiodiversidade que podem ser comercializadas pela agricultura familiar. Para isso, é fundamental avançar com a aprovação da proposta de portaria organizada pelo MDS e MMA (SBF/SEDR).

É fundamental o fortalecimento da sociobiodiversidade como uma política pública específica, ou seja, ela deve ter um eixo próprio.

A partir de janeiro de 2016, de acordo com o Plano Safra da Agricultura Familiar, os órgãos serão obrigados a comprar, pelo menos, 30% da agricultura familiar.

Deve haver uma maior interação do Projeto BFN com o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional - CONSEA.

O MDA tem uma forte intersetor e interesse nos objetivos do Projeto BFN.

Preocupação com o crescimento do agronegócio no Cerrado, onde as comunidades estão sendo sufocadas por esse processo e o conhecimento tradicional está se perdendo.

O PNAE tem duas diretrizes relacionadas ao BFN: a elaboração de cardápios que respeitem a cultura e hábitos tradicionais e a promoção do desenvolvimento local sustentável.

O PNAE está no Pacto Federativo da Alimentação Saudável, com as seguintes linhas: aumento do consumo de frutos e hortaliças; aumento do consumo de pescado; diminuição do consumo de alimentos processados, e regulamentação da publicidade de alimentos.

O DEX/SEDR/MMA trabalha para ampliar o acesso de produtos extrativistas no PAA, no PNAE e também na Política de Garantia de Preços Mínimos para Produtos da Sociobiodiversidade.

Necessidade de criação de políticas de apoio aos agricultores familiares e aos extrativistas.

Grandes oportunidades podem ser criadas a partir de ações de pesquisa com espécies nativas.

ANEXO VI

Discussões durante a realização da III Reunião do Comitê de Coordenação Nacional do Projeto BFN

